



ISBN: 1646-8929

*IET Working Papers Series*  
No. WPS11/2012

**Ana Clara Cândido**  
(e-mail: [a.candido@campus.fct.unl.pt](mailto:a.candido@campus.fct.unl.pt))

**Isabel Marques Rosa**  
(e-mail: [i.rosa@campus.fct.unl.pt](mailto:i.rosa@campus.fct.unl.pt))

## Políticas de Financiamento de I&D em Portugal

**IET**  
**Research Centre on Enterprise and Work Innovation**  
**Centro de Investigação em Inovação Empresarial e do Trabalho**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Universidade Nova de Lisboa  
Monte de Caparica  
Portugal

# Políticas de Financiamento de I&D em Portugal<sup>1</sup>

**Ana Clara Cândido e Isabel Marques Rosa**

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais acontecimentos ao longo dos anos sobre as políticas públicas de financiamento de I&D em Portugal, com especial enfoque sobre o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional). Entre 2007 e 2013, é o QREN que constitui o enquadramento para que seja aplicada a política de coesão económica em Portugal.

O Sistema de Incentivos ao Investimento das Empresas é um dos instrumentos essenciais das políticas de dinamização económica, em particular em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional.

A revisão efetuada mostra-nos que não existe ainda, uma política sistémica e integrada de inovação em Portugal, mas que existe um conjunto considerável de instrumentos que podem desempenhar um papel relevante nessa política e que também tem faltado coerência e articulação entre os mesmos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Financiamento de I&D; Incentivos; QREN.

**Códigos JEL:** E65, H25, O32

---

<sup>1</sup> Baseado no relatório para a disciplina de “Avaliação de Ciência e Tecnologia” da responsabilidade do Prof. João Crespo (FCT-UNL) do Programa Doutoral em Avaliação de Tecnologia em 2012

## **Abstract**

This paper aims to present the main events over the years on public policies for financing R & D in Portugal, with special focus on the QREN (National Strategic Reference Framework). Between 2007 and 2013, is the QREN which provides the framework to be applied to economic policy in Portugal. The Incentives System for Companies Investment is one of the key instruments of economic promotion policies, particularly in terms of promoting innovation and regional development. The review made shows us that there is not still a systemic and integrated policy innovation in Portugal, but there is a set of instruments that can play a role in this policy and also has missed coherence and coordination between them.

**Keywords:** Public Policy, Funding of R & D incentives; QREN.

**JEL codes:** E65, H25, O32

# Índice

---

<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>Política Europeia de I&amp;D.....</b>	<b>5</b>
<b>O Sistema Nacional de Inovação em Portugal.....</b>	<b>7</b>
<b>QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional).....</b>	<b>10</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>22</b>
<b>Referências.....</b>	<b>24</b>

# Introdução

---

No âmbito da avaliação da Disciplina “Avaliação de Ciência e Tecnologia”, do Programa Doutoral em Avaliação de Tecnologia, onde se abordaram temáticas como: Financiamento Público de Investigação e Desenvolvimento (I&D), Financiamento Privado e Empresarial, Indicadores de Produção Científica e Inovação e Avaliação das Universidades: Missão e Desafios. Optámos pelas políticas de financiamento, considerando como caso de estudo Portugal, surgindo o trabalho com o seguinte Título **“Políticas de Financiamento de I&D em Portugal”**, centrado na atualidade e avaliando as organizações de políticas de financiamento a nível nacional e internacional (EU), como estão desenhadas estas mesmas políticas de financiamento, como apoiam o desenvolvimento e como estão implantadas, com especial enfoque no QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional).

## Política Europeia de I&D

---

A política europeia de I&D assenta essencialmente na criação do Espaço Europeu de Investigação e no cumprimento do objectivo dos 3%, definido em Barcelona e que se traduz no nível de despesas de I&D de 3% face ao PIB, em que 2/3 deverão ser suportadas por entidades privadas.

No contexto da Estratégia de Lisboa a União, face aos desafios da Política de Inovação, recomendam-se quatro orientações, que são: a Transversalidade e Interação de Políticas, a Exploração de Mercados Líderes, a Promoção da Inovação no Setor Público e o Reforço da Dimensão Regional com Inclusão do Desenvolvimento de Abordagens de Cluster (Godinho e Simões, 2005).

O Projeto de Plano de Ação para a Inovação apresentado em Abril de 2004 articulado com outros dois planos de ação, Investindo em Investigação e Agenda para o Empreendedorismo definia seis objectivos principais para a política de inovação (Godinho e Simões, 2005):

- 1 - **Inovação em Todo o Lado**, promoção da importância da inovação em todas as áreas do conhecimento;
- 2 - **Conseguir Inovação no Mercado**, onde a legislação tem o papel de catalizador de inovação;
- 3 - **Conhecimento em Todo o Lado**; dinamismo do mercado do conhecimento (ações de domínio da Propriedade Industrial, transferência e absorção do conhecimento);
- 4 - **Mobilização dos Instrumentos Financeiros Europeus com a orientação dos fundos estruturais para a inovação**, de modo a apoiar os projetos de absorção de conhecimentos e a promoção de clusters;
- 5 - **Capacidade para a Inovação** (iniciativas para conscientização da importância do envolvimento de toda a sociedade para as questões de inovação);
- 6 - **Governança Eficiente da Inovação** com a ação coordenada para a definição de objetivos comuns para a política de inovação.

Na atualidade, com um horizonte temporal entre 2007 e 2013 e um orçamento de 4,2 mil milhões de euros. **O Programa Quadro Competitividade e Inovação (PQCI)** inclui quatro objetivos: a Promoção da Competitividade das Empresas, especialmente das PME, a Promoção da Inovação, incluindo a Eco-Inovação, a Aceleração do Desenvolvimento de uma Sociedade de informação Competitiva, inovadora e Inclusiva, e a Promoção da Eficiência Energética e de Fontes Novas e Renováveis de Energia.

# O Sistema Nacional de Inovação em Portugal

---

Em economias em desenvolvimento como é o caso de Portugal, os Sistemas de Inovação têm vindo a ganhar uma importância crescente no apoio, desenho e construção de políticas na área da Ciência, Tecnologia e Inovação. Estes sistemas têm evoluído nos variados aspectos, tais como a compreensão dos factores que influenciam a produção, divulgação e utilização de informação, conhecimento e tecnologia em contexto empresarial, bem como na identificação e superação de obstáculos aos mesmos factores, e no desenho de políticas nacionais que promovam o desenvolvimento e inovação empresarial.

Em Portugal, o conceito de Sistema Nacional de inovação (SNI) esteve subjacente ao **Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV)** e foi retomado, ainda que de forma pouco clara, no plano Nacional de Inovação, onde se afirmava a necessidade de reforçar “a organização e coerência” do SNI.

Salientamos que para Charles Edquist (2001), um SNI tem duas componentes principais: **Organizações**, isto é, estruturas formais que foram criadas com objetivos definidos, sendo que o elemento central de qualquer SNI em economia de mercado são as empresas e **Instituições**, correspondentes a conjuntos de hábitos, normas, rotinas, práticas estabelecidas, regras e leis que regulam as relações e interações entre indivíduos, grupos e organizações.

Dizemos então que os Sistemas de Inovação englobam instituições ligadas à articulação, coordenação, financiamento e execução de actividades de Inovação. Algumas ligadas à organização do Estado, outras mais ligadas a empresas, organizações públicas e privadas de pesquisa, universidades, etc. Sendo todas importantes na produção, transferência e utilização da informação, conhecimento e tecnologia essenciais à Inovação.

Propomo-nos então abordar como empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa, e outras instituições públicas ou privadas que mobilizam recursos financeiros e integram instrumentos para o desenvolvimento económico do país, promovem, e financiam a pesquisa científica e tecnológica.

Sabe-se que em Portugal as empresas são os principais atores do SNI e que as organizações de educação, formação e I&D incluem um leque variado de atores, nomeadamente Universidades, Organizações Universitárias de interface com empresas, laboratórios públicos, etc. Que os Laboratórios Públicos possuem um problema de indefinição do seu papel (a sua contribuição para o SNI é reduzida). Que as Organizações de Consultoria e de apoio às empresas incluem um conjunto diversificado de entidades públicas e privadas, e que o grupo das Instituições Financeiras inclui não apenas a banca comercial e de investimento, mas também a Bolsa, as empresas de capital de risco e as sociedades de garantia mútua. Quanto às Organizações de Natureza Pública incluem ministérios, agências focalizadas em certos domínios específicos tais como, o apoio às PME, à inovação, à formação, à propriedade industrial, à salvaguarda da concorrência, ao comércio externo ou à atração de IDE.

Entre as principais organizações de natureza pública em matéria de I&D, Inovação e Empreendedorismo salientamos: a Agência de Inovação (AdI), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), o Instituto das Empresas para os Mercados Externos (ICEP), a Agência Portuguesa de Investimento (API), o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES), a Agência para a inovação e o Conhecimento (UMIC), e a Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico (UCPT).

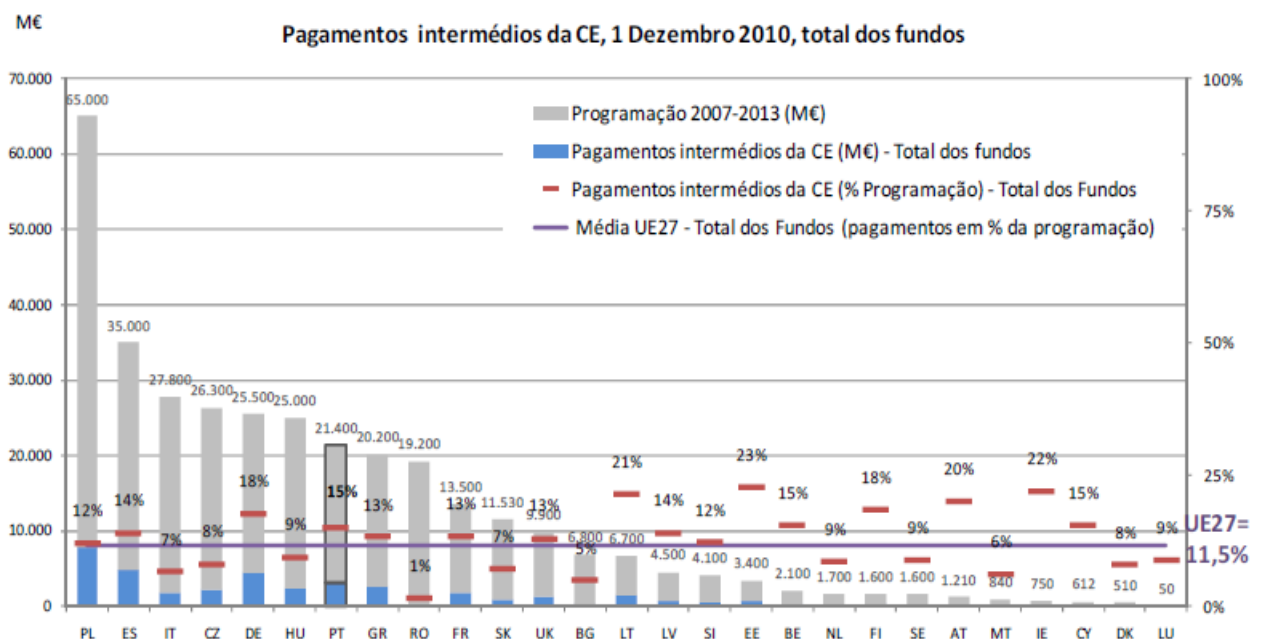
Este **Plano Tecnológico** surge quando o XVII Governo Constitucional aprovou em Novembro de 2005 um documento com vista à aplicação de uma estratégia de crescimento e competitividade baseada no Conhecimento, Tecnologia e Inovação e cuja estratégia visava a promoção do Desenvolvimento e da Competitividade do país

fundamentado em três factores: **Conhecimento, Tecnologia e Inovação**. O Plano pretendia aumentar os níveis de educação médios dos portugueses, ultrapassar o atraso da Ciência e Tecnologia com reconhecimento do papel das empresas públicas e privadas em actividades de I&D, com adaptação do tecido produtivo à globalização.

Através do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), constatamos que em 2009 a despesa em I&D ultrapassou 2791 milhões de Euros, mais 10% que em 2008. Tendo passado de 1,55 para 1,71% do PIB, tendo aumentado também o número de investigadores de 7,2 para 8,2 por mil activos. Quanto ao número de empresas com actividades em I&D, a sua evolução é de 930 em 2005 para 1833 em 2008 e para 1989 em 2009. Representando as 100 empresas que mais investiram em I&D quase 25% das exportações portuguesas. Tendo este investimento quase duplicado entre 2005 e 2009. E segundo a OCDE, Portugal tem atingido um crescimento bastante representativo entre os Países Europeus, como se pode observar na Tabela 1.

**Figura 1 – Comparação Internacional**

## Portugal bem posicionado na comparação internacional



**Fonte:** Retirado de “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

# QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional)

---

O Sistema de Incentivos ao Investimento das Empresas é um dos instrumentos essenciais das políticas de dinamização económica, em particular em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional. Com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização de Portugal, ajudando o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia, dando prioridade ao apoio de projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis.

Entre 2007 e 2013, é o **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** que constitui o enquadramento para que seja aplicada a política de coesão económica em Portugal, inclui diversos Programas, tais como: Programa Operacional Temático Factores de Competitividade, Programa Operacional Regional do Norte, Programa Organizacional do Centro, Programa Organizacional Regional de Lisboa, Programa Operacional Regional do Alentejo, Programa Operacional Regional do Algarve e Programa SIM – Soluções Integradas para a Modernização. Relativamente aos Sistemas de Incentivos a I&DT a sua Orientação Técnica visa os limites à elegibilidade de despesas e as condições à sua aplicação. Quanto à Orientação de Gestão, esta determina as condições de elegibilidade das operações de locação financeira no âmbito dos SI QREN, envolvendo a articulação entre entidades nacionais e regionais, que incluem a Gestão Nacional (PO Factores de Competitividade), para projetos promovidos por médias e grandes empresas, e a Gestão Regional (PO Regionais), para projetos promovidos por micro e pequenas empresas.

Como exemplo, apresentamos a proposta portuguesa apresentada à Comissão Europeia, para o período de 2007 – 2013, do PO Regional do Norte, no que concerne à sua estrutura pelos grupos de prospetiva e ilustrado pela figura 2.

A proposta do PO Regional do Norte refere que a escolha dos temas do Diagnóstico Prospectivo que o integram foram selecionados em função do seu papel estruturante no futuro da região, e que para cada grupo de Prospetiva escolheram-se, os temas considerados mais pertinentes para o futuro da região. A proposta apresenta quatro grupos: Pessoas, Atividades Económicas, Instituições e Território.

Os temas de cada grupo são:

Grupo Pessoas - Demografia, Formação e Educação, Emprego e Desemprego, Inclusão Social, Saúde e Cultura

Grupo Atividades Económicas – Setores Tradicionais e Competitividade, Atividades Emergentes: Intensificação Tecnológica e Especialização Regional, Industrias Criativas, Saúde, Dispositivos Médicos e Farmacêuticos, Biotecnologia e Agroalimentar e Externalidades e Investimento Direto Estrangeiro.

Grupo Instituições – Serviços Desconcentrados, Administração Local, Parcerias Territoriais e Cooperação Territorial.

Grupo Território – Dinâmicas Territoriais, Mobilidade, Acessibilidades e Transportes, Sistemas Ambientais, Sustentabilidade do Território, Turismo e Governação do Território.

A estratégia de desenvolvimento regional estabelece, em matéria de políticas públicas, prioridades relativas a investimento público e privado pelos Fundos Estruturais. Os outros tipos de políticas entram na medida certa em que se constituem como instrumentos essenciais para a execução desse investimento.

O processo iniciou-se com a constituição dos grupos atrás enunciados, cada um com um Coordenador e um Relator que definiram os conteúdos temáticos que iriam construir cada um desses mesmos grupos. Para cada tema contratou-se um Perito para dar respostas a questões, quer gerais quer específicas, a colocar num quadro de referência em matéria de políticas públicas (como um mini QREN temático). Recomendou-se a cada um uma abordagem pragmática onde as componentes analítica e conceptual neste exercício só entrassem quando estritamente necessário.

Cada perito apresentou a primeira versão do quadro de referência no Seminário Norte 2015, esses documentos foram discutidos mais tarde em Ateliers Temático onde em cada reunião participavam o Coordenador, o Relator e o Perito do respetivo Grupo de Prospetiva e cerca de 10 a 15 especialistas convidados (empresários, dirigentes associativos, investigadores, autarcas, etc.). Em simultâneo decorreu o processo de consulta pública dos documentos na internet. A conjugação da discussão nos Ateliers Temáticos e a consulta na internet permitiram aos Peritos consolidarem e redigirem a sua versão final que permitiram aos Coordenadores e Relatores realizarem as sínteses dos Grupos de Prospetiva.

Ao longo do processo foram observadas todas as, vantagens e desvantagens. Com o objetivo de minimizar estas últimas fizeram-se ajustamentos tais como: acrescentar novos temas e elementos de caracterização da região, e desenvolvimento de um esforço de coordenação acrescido entre os Grupos de Prospetiva e também a análise SWOT.

Este processo como se pode ler na Proposta foi extremamente participado de debate e concertação pública, envolveu quatro Coordenadores, quatro Relatores, cerca de duas dezenas de Peritos e mais de três centenas de Especialistas (sem contar com as participações através da internet), tornando-se assim possível tal como o pretendido “gerar consensos alargados sobre as questões decisivas para o desenvolvimento da Região”.

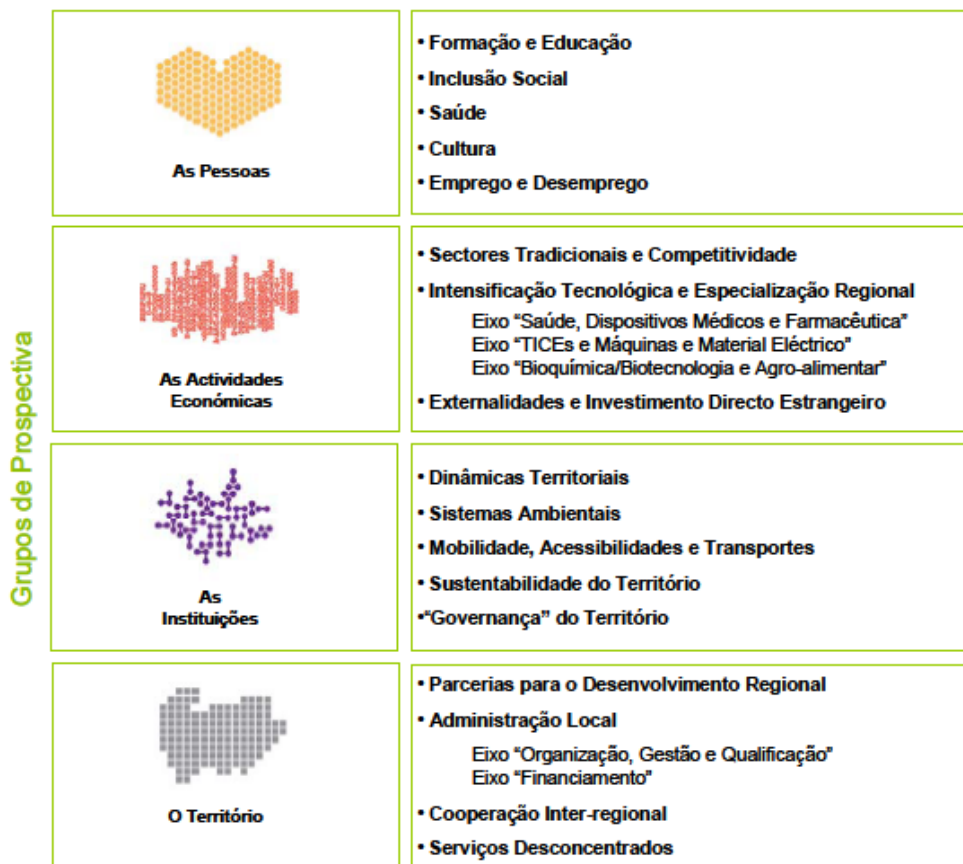
A visão do caminho a seguir a médio prazo, um horizonte de 2015, que permitiu construir um conjunto de prioridades em matéria de desenvolvimento regional, uma estratégia, surge após a estabilização deste diagnóstico prospetivo, no final de todo o processo de envolvimento dos atores regionais e do escrutínio público, onde a partir dos pontos fracos e fortes da Região e dos riscos e oportunidades para o desenvolvimento da mesma se tornou possível a definição dos próprios cenários de evolução do Norte de Portugal.

Sendo essencial para os processos de cooperação territorial, a identificação de capacidades ou competências em áreas exteriores que visem potenciar a exploração das vantagens comparativas da própria região, agir articuladamente com entidades

externas de modo a aumentar a eficácia da intervenção, bem como o estabelecimento de processos de colaboração de modo a atingir limiares mínimos que permitam ultrapassar dificuldades regionais específicas.

A proposta evidencia as razões anteriores e o historial da Região do Norte em matéria de cooperação, como modo de permitir estruturar os principais pontos fortes e fracos dos processos prospetivar as ameaças e prospetivar essencialmente as oportunidades que se colocam nesta matéria.

**Figura 2 – Proposta de Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (FEDER)**



**Fonte:** Retirado de "Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013". Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

Os Sistemas de Incentivos ao investimento nas empresas assumem particular importância das prioridades QREN "Factores de competitividade", que deverá realizar-se através do Programa Operacional Factores de Competitividade e pelos Programas Operacionais Regionais.

**Figura 3 – Programas Propostos pelo QREN**



**Fonte:** Elaboração das próprias autoras em Junho de 2011, com base no “Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

**O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas (SI I&DT)** visa aumentar o esforço nacional de I&DT e gerar novos conhecimentos com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas e a sua articulação com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT).

Este sistema de incentivos é destinado às empresas de média e grande dimensão; Entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados; Entidades de Interface e assistência tecnológica empresarial. **O Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)** visa a inovação no tecido empresarial, pela produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua evolução na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, e ainda o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento em novas áreas de potencial crescimento. **O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME)** visa a promoção da competitividade das PME pelo aumento da produtividade, da flexibilidade e da

capacidade de resposta e presença ativa no mercado global (Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013).

**Figura 4 – Realizações relevantes (3º trimestre de 2010)**

## Realizações relevantes nas três agendas temáticas

*(dados do 3º trimestre 2010)*

Apoios no âmbito do Sistema de Incentivos e Engenharia Financeira	N.º Empresas	Investimento (mil euros)
Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos SI)	3.527	6.484.805
Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	510	-
Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira	6.018	-

Estabelecimentos de Ensino apoiados	N.º Estabelecim.	Fundo (mil euros)
Centros escolares do 1º ciclo do ensino básico	621	597.031
Escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	25	60.267
Escolas do ensino secundário	54	478.984
Universidades e centros de formação	22	12.172

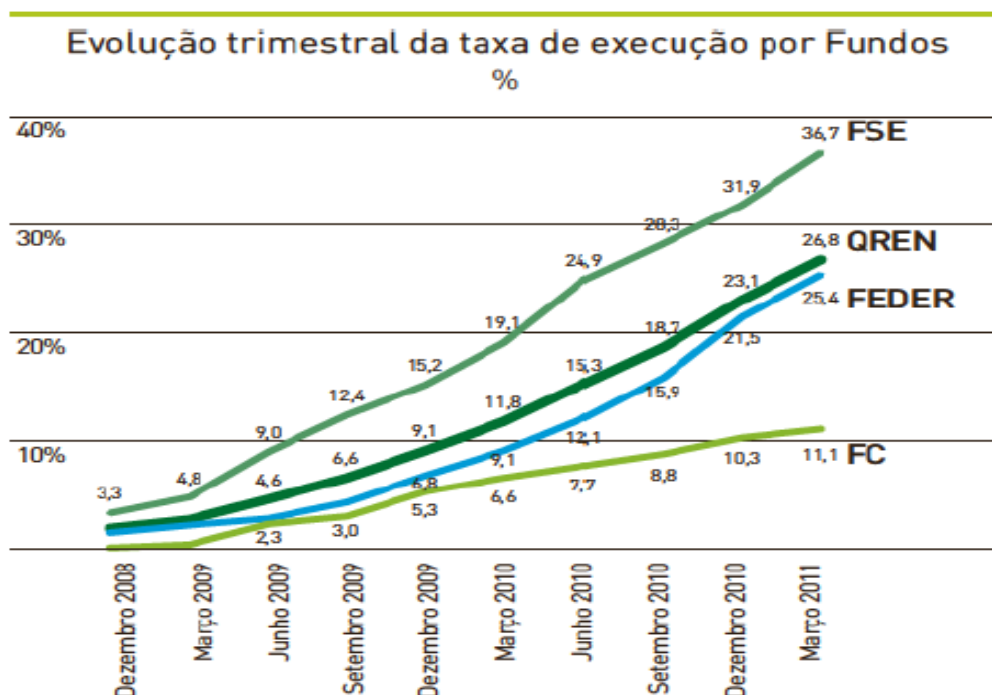
  

Formação	N.º Formandos
N.º de formandos em modalidades de dupla certificação	343.689
N.º de formandos noutras modalidades de formação	890.472
N.º de adultos abrangidos por Centros Novas Oportunidades/em processo RVCC	785.414
N.º de bolsiros em acções de formação avançada	8.531

**Fonte:** Retirado de “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

A Figura 4 apresenta os dados das realizações mais relevantes promovidas no âmbito das agendas temáticas previstas no QREN até o 3º trimestre de 2010. O investimento realizado para os apoios no âmbito do Sistema de Incentivos e Engenharia Financeira totalizaram 6.484.805 mil euros. Dos estabelecimentos de Ensino apoiados, os Centros escolares do 1º ciclo do ensino básico tiveram a maior parcela de fundos de apoio, totalizando 597.031 mil euros distribuídos entre 621 estabelecimentos. Por fim, apresenta o número de bolsiros em acções de formação avançada foi de 8.531 até o 3º trimestre de 2010.

**Figura 5 – Evolução trimestral da taxa de execução de incentivos aplicados dos Fundos (FSE; QREN; FEDER; FC)**



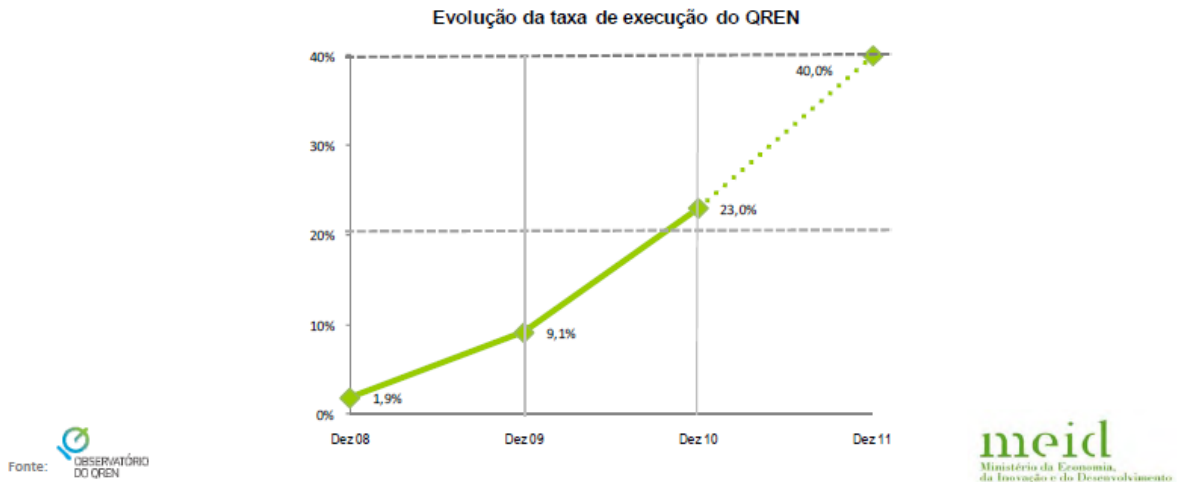
**Fonte:** Retirado de “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

A Figura 5 apresenta a evolução da taxa de execução de incentivos aplicados pelos Fundos FSE; QREN; FEDER; FC apontando o constante crescimento destes. Os dados até março de 2011 mostram a taxa de 26,8% da execução do QREN, sendo apresentada na Figura 6 a estimativa esperada em torno de 40% para este Fundo, contemplando as projeções esperadas para o fechamento do ano de 2011. Se considerarmos o histórico dos dados, de março de 2010 a março de 2011 a taxa de execução do QREN passou de 11,8 para 26,8. Este aumento de 15 pontos em um ano pode demonstrar o desafio que Portugal terá para atingir os 40% da taxa de execução, que representam aumentar 13 pontos em 9 meses.

**Figura 6 – Evolução da taxa de execução do QREN**

## Objectivo 2011: 40% de execução

- Acréscimo de 17 p.p. na taxa de execução;
- Mais de 3.500 milhões de euros de Fundo, alavancando investimento de mais de 5.000 milhões de euros.



**Fonte:** Retirado de “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

Relativamente à execução do QREN em 2010, a meta de 20% foi superada, com 23% de execução no final de 2010, três pontos percentuais acima da meta, tendo havido um crescimento da execução em todos os fundos onde os FSE e FC duplicaram a execução e o FEDER triplicou. Tendo havido de igual modo um acréscimo significativo de execução em todos os PO, em que N+3 de 2011 foi cumprido um ano antes. Houve também uma maior injeção de fundos de Coesão na economia, e encontrando-se Portugal bem posicionado na comparação internacional como se pode observar na figura 7.

**Figura 7 – Posicionamento de Portugal na escala internacional**

## Portugal bem posicionado na comparação internacional



**Fonte:** Retirado de “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

A título de curiosidade achámos interessante a compilação da Aicep Portugal Global, na promoção do nosso país na sua apresentação como um dos países que mais mudou nos últimos trinta anos, de onde destacamos:

- YDreams combina tecnologia e arte em soluções interactivas de comunicação e é já uma referência para clientes globais, que Portugal é líder mundial de soluções biométricas.
- Master Guardian foi a primeira empresa de alarmes do mundo a integrar design e tecnologia biométrica.
- Software da SISGOG planeia os recursos humanos das redes de caminho de ferro nos países mais avançados da Europa;
- SkySoft cria a software para sistemas de navegação e de comunicação por satélite para gestão de infra-estruturas rodoviárias ou marítimas.

- O Displax da Edigma transforma qualquer superfície num quadro interativo, ideal para fins comerciais, lúdicos ou didáticos.

- Critical Software desenvolveu o software de integração dos sistemas de informação dos países do espaço Shengen e a Vision-Box desenvolveu o software para o novo passaporte europeu.

Algumas empresas portuguesas como a Novabase, a Microfil e a New Vision fazem de Portugal uma referência internacional de e.government. Que a AltitudeSoftware é líder mundial de software para contact centres, e que a Microsoft instalou em Portugal o seu Centro de Desenvolvimento de linguagem (42% dos portugueses fala uma segunda língua).

Ainda que a Cisco, a Fujitsu e a Net Jets escolheram Portugal para os seus Centros de Operações e Contactos. Que quanto a “Engineering & Tooling”, a BMW, a Porche, a Samsonite, e a Mercedes fazem compras em Portugal. Que a Blaupunkt escolheu Portugal, e 75% dos auto-rádios que se vendem na Europa são “made in Portugal”. Que o Magalhães é o primeiro portátil do mundo especialmente concebido para crianças. E que a NDrive lançou o primeiro GPS do mundo com fotografias aéreas.

A Logoplaste que produz soluções à medida nas instalações dos clientes, é líder europeu de embalagens plásticas, e a quinta a nível mundial. Que o Vital Jacket é uma T-shirt que permite a monitorização dos sinais vitais do utilizador e que o fato de banho LZR RACER feito pela Petratex “é o mais rápido do mundo”, contribuiu para a conquista de 35 recordes do Mundo em 2005. E que os caiaques Nelo são um caso de absoluta liderança do mercado global. A marca da empresa portuguesa M.A.R. Kayaks forneceu 80% das embarcações presentes nos Jogos Olímpicos de Pequim e conseguiu 20 das 30 medalhas ganhas na canoagem.

A EDP, Energias de Portugal é o quarto maior player de energia eólica e que é em Moura que se situa a maior central fotovoltaica do mundo e na Póvoa do Varzim a maior fábrica de painéis solares. Bem como, Portugal instalou instalámos o primeiro Parque Mundial de Aproveitamento de Energia das ondas.

Que focada na sustentabilidade, a Amorim contribui para a preservação de milhares de sobreiros, a biodiversidade e o combate à desertificação e que a SGPS é a maior transformadora mundial de cortiça e exporta para mais de 100 países.

A Bial investe 20% da sua facturação em I&D para a obtenção de novos fármacos. O grupo tem 6 moléculas patenteadas a nível mundial e exporta para mais de 30 países.

Ainda que a Parcerias para o Futuro é um Programa que já lançou o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia em Braga, o Information and Communication Technologies Institute (com a Universidade de Carnegie Mellon), o Collaboratory for Emerging Technologies (com a Universidade de Texas, Austin), e o Programa de Fraunhofer Portugal (em colaboração com a Fraunhofer – Gesellschaft).

#### **Figura 8 – Notas Referente a execução do QREN em 2010.**

### **Forte alinhamento estratégico das intervenções**

- *“QREN [com] um valioso potencial de intervenção estratégica, fortemente alinhado com os constrangimentos estruturais da economia portuguesa que inspiram enunciado das três Agendas Temáticas e bem fundamentado em diagnósticos disponíveis sobre a realidade estrutural nacional”*
- *“Programação [do QREN ] apresentava um potencial intrínseco de intervenção simultaneamente com efeitos de natureza anti-cíclica e impactos relevantes em termos de mudança estrutural, logo sem a afastar prematuramente da sua ambição estratégica”*
- *“...foram adoptadas medidas que aceleram ou antecipam o efeito anti-cíclico de certos domínios de programação mas que, simultaneamente, minimizam os efeitos penalizadores que a crise tende a provocar sobre a procura desses apoios por parte das empresas e das organizações em geral.”*

*Conclusões da avaliação global do QREN – Quatenaire/IESE (2010)*

**Fonte:** Retirado de “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011”. Disponível em <http://www.qren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

As Conclusões da avaliação global do QREN – Quatenaire/IESE (2010) (que se podem consultar em “QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011” ), referem um forte alinhamento

estratégico das intervenções. Salientam, “QREN [com] um valioso potencial de intervenção estratégica, fortemente alinhado com os constrangimentos estruturais da economia portuguesa que inspiram enunciado das três Agendas Temáticas e bem fundamentado em diagnósticos disponíveis sobre a realidade estrutural nacional.” As três agendas temáticas incluem apoios no âmbito do Sistema de Incentivos e Engenharia Financeira, Estabelecimentos de Ensino apoiados e Formação.

Salientam ainda, “Programação [do QREN] apresentava um potencial intrínseco de intervenção simultaneamente com efeitos de natureza anti-cíclica e impactos relevantes em termos de mudança estrutural, logo sem a afastar prematuramente da sua ambição estratégica.”

E por fim, “... foram adoptadas medidas que aceleram ou antecipam o efeito anti-cíclico de certos domínios de programação mas que simultaneamente, minimizam os efeitos penalizadores que a crise tende a provocar sobre a procura desses apoios por parte das empresas e das organizações em geral”.

# Considerações Finais

---

Segundo Manuel Mira Godinho (2005), “Consoante os países, entre dois terços e três quartos da despesa em I&D nas economias avançadas são actualmente realizados por empresas, orientados para o desenvolvimento experimental de novos produtos e processos. Os recursos públicos afectos à investigação são, também eles, crescentemente distribuídos de acordo com prioridades estratégicas de médio-longo prazo, mesmo quando o investimento é em investigação de base”.

Ainda, segundo o mesmo autor, a posição relativa de Portugal face a indicadores como **investimento em conhecimento** que inclui o rácio da despesa em I&D relativamente ao PIB, e os rácios equivalentes da despesa em aquisição de software e das despesas em ensino superior; a **proporção dos novos diplomados como percentagem dos indivíduos com 24 anos de idade** que inclui a oferta educativa de nível superior, a sua estrutura por áreas e o número de licenciados relativamente à população activa; o **desempenho educacional e cognitivo de diferentes estratos populacionais** e as **atitudes dos cidadãos face a C&T** não é favorável.

O **SNI** apresenta como **Pontos Fortes**, o número significativo de atores, nomeadamente instituições de apoio e de interface, melhoria das competências e dos processos de avaliação das instituições de investigação, a dinâmica dos processos de difusão em certas áreas tecnológicas, como na utilização das tecnologias da informação e comunicações pela Administração Pública e pelas PME, e o desenvolvimento de um grupo de empresas inovadoras e internacionalmente competitivas.

Em relação aos **Pontos Fracos** o Sistema é marcado pela predominância de atitudes insuficientemente orientadas para o futuro e para a assunção de riscos, a baixa densidade de relações inter-organizacionais, a escassez de instituições capazes de acumular, sedimentar e desenvolver corpos de conhecimentos tecnológicos, susceptíveis de utilização por outras organizações, a debilidade das competências

internas de muitas organizações e a ausência de uma política de inovação coerente e transversal, capaz de ultrapassar a dicotomia tradicional entre política de ciência e política de empresa.

A revisão efetuada mostra-nos que não existe ainda, uma política sistémica e integrada de inovação em Portugal, mas que existe um conjunto considerável de instrumentos que podem desempenhar um papel relevante nessa política e que também tem faltado coerência e articulação entre os mesmos. Que a perspectiva do SNI, se efetivamente encarada numa lógica sistémica, conjugando o aumento das competências internas dos atores com a mudança institucional e a densificação das interações, constitui um elemento relevante de análise e orientação da política de inovação.

Pensamos também que em termos de intenções políticas existe um movimento num sentido positivo embora ainda subsistam incertezas quanto a este ser ou não suficiente para dar resposta aos desafios defrontados pela Europa, e designadamente pelos seus Estados Membros menos avançados.

# Referências

---

Aicep Portugal Global. Disponível em [http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Documents/Revistas\\_PDFs/Portugalglobal\\_n36.pdf](http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Documents/Revistas_PDFs/Portugalglobal_n36.pdf). Acedido em 15 de maio de 2011.

Edquist, C. "The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: An account of the state of art", 2001.

Godinho, Manuel M., Simões, Vítor C. "I&D, Inovação e Empreendedorismo 2007-2013" Julho (2005), 72 pgs.

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. Disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/11.html>. Acedido em 10 de junho de 2011.

Nunes, C., Plácido, M. "O financiamento de Projectos Públicos – Algumas Perspectivas Futuras" Documento de Trabalho Nº 12/2008.

Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013. Disponível em <http://www.gren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

Proposta de Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – FEDER. Disponível em <http://www.gren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

QREN – Execução 2010 e Objectivos 2011. Disponível em <http://www.gren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

Relatório Anual do QREN 2009. Disponível em <http://www.gren.pt>. Acedido em 15 de maio de 2011.

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Paginas/Home.aspx>. Acedido em 11 de julho de 2011.

